

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ESCOLA DE GESTORES

OS DESAFIOS DA EVASÃO NA ESCOLA PÚBLICA

Aluna: Silvia Vieira Dias

Orientador: Ângelo Ricardo de Souza

Curitiba, fevereiro de 2010.

RESUMO

Este trabalho consiste em apresentar o problema da evasão escolar como uma das mais graves consequências da falta de uma política educacional eficiente no país. No processo histórico, a escola quase nunca é responsabilizada por este problema, visto sempre como um fator extra-escolar. Muitas tentativas têm sido feitas no sentido de responder à questão específica do que faz os estudantes deixarem os estudos. Grande parte da evidência empírica resulta na comprovação de que evasão escolar e pobreza estão intimamente ligadas e o trabalho infantil tem prejudicado sobremaneira esta realidade. Sendo assim, busca-se neste trabalho, apresentar um estudo das diversas causas que podem determinar a evasão escolar, tais como a escola não atrativa, professores despreparados, alunos desinteressados, alunos com problema de saúde, gravidez precoce, pais irresponsáveis, desinteresse em relação aos filhos, trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência, drogas, trazendo consequências como a marginalização, baixa auto-estima, distorção idade/série, repetência, desemprego, desigualdade social, entre outras. Desta forma, será mostrada a realidade de uma Escola de Ensino Fundamental e Médio, localizada na Vila Zumbi, município de Colombo, Região Metropolitana de Curitiba/PR e os motivos que levam esta população a abandonarem precocemente os estudos, não só pela sobrevivência, mas sim pela impossibilidade de conciliarem a jornada de trabalho e a escola. Foi realizado um levantamento bibliográfico em livros, revistas especializadas e Internet. Concluiu-se que evasão escolar não protege aqueles que não se enquadram nos casos mais comuns apontados, significando dizer que nenhuma família e nenhuma escola está isenta desse problema, por falta de uma inteiração maior entre família e escola, sendo a evasão escolar um aspecto ausente nas ações político-administrativas dessa unidade escolar pesquisada.

Palavras-chave: evasão escolar; educação, desafios.

ABSTRACT

This work is to present the problem of school dropout as one of the most serious consequences of the lack of an efficient educational policy in the country. In the historical process, the school is almost never held responsible for this problem, always seen as one factor out of school. Many attempts have been made to answer the specific question of what makes the students leave their studies. Much of the empirical results in evidence that dropout and poverty are closely linked and child labor has greatly harmed this reality. Therefore, we seek in this work present a study of multiple causes that may determine the dropout rate, such as school unattractive, unprepared teachers, uninterested students, students with health problems, teen pregnancy, irresponsible parents, lack of interest in children, work with incompatibility

of schedule for the studies, aggression among students, violence, drugs, bringing consequences such as marginalization, low self-esteem, age / grade distortion, repetition, unemployment, social inequality, among others. Thus, it will be shown the reality of a school of elementary and high school, located in Vila Zumbi, the city of Colombo Metropolitan Region of Curitiba / PR and what motivates these women to leave early studies, not only for survival but but the inability to reconcile their working and school. We conducted a literature in books, magazines and Internet. It was concluded that truancy does not protect those who do not fit in the more common pointed out, meaning to say that no family and no school is exempt from such problem, for lack of a more inteiração between family and school, and school dropout a shortcoming the actions of political-administrative school unit searched.

Keywords: school dropout, education, challenges.

1 INTRODUÇÃO

Dentre os temas que fazem parte dos debates e reflexões na esfera da educação pública brasileira, a evasão escolar ocupa um espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular. Segundo Patto (1996), a evasão escolar é um problema que vem se perpetuando há décadas, dentro da educação brasileira, sendo uma das mais graves consequências da falta de uma política educacional eficiente no país. No processo histórico, a escola quase nunca é responsabilizada por este problema, visto sempre como um fator extra-escolar.

Muitas tentativas têm sido feitas no sentido de responder à questão específica do que faz os estudantes deixarem os estudos. Grande parte da evidência empírica resulta na comprovação de que evasão escolar e pobreza estão intimamente ligadas e o trabalho infantil tem prejudicado sobremaneira esta realidade. (FGV, 2009).

Segundo a Constituição Federal (arts. 205 e 227), a educação é um direito público subjetivo que deve ser assegurada a todos, através de ações desenvolvidas pelo Estado e pela família, com a colaboração da sociedade. Ao tratar especificamente do direito à educação, destinado às crianças e aos adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 4º) o descreve como um dever da família, comunidade, sociedade em geral e do Poder Público.

Dentre as características próprias de países em desenvolvimento, o Brasil apresenta uma enorme desigualdade na distribuição de renda e muitas deficiências

na Educação, que associados geram novas dificuldades. Goldenberg (1993) lembra que “ao se traçar uma política educacional, há de se evitar a posição simplista de que se pode resolver o problema da pobreza apenas abrindo escolas”. Pobreza e ausência de escolarização são deficiências que somente poderão ser superadas se enfrentadas simultaneamente, cada uma em seu lugar próprio.

A escola tem sido foco de importante fonte para a compreensão das realidades vividas pela maioria da população, evidenciando não só a baixa qualidade educacional, expressa por problemas como indisciplina na sala de aula e precárias condições para o trabalho educativo, baixo *status* profissional e baixa remuneração, agravados no País pelos alarmantes índices de evasão e repetência.

Diversas são as causas que podem determinar a evasão escolar e dentre elas estão a escola não atrativa, professores despreparados, alunos desinteressados, alunos com problema de saúde, gravidez precoce, pais irresponsáveis, desinteresse em relação aos filhos, trabalho com incompatibilidade de horário para os estudos, agressão entre os alunos, violência, drogas, trazendo consequências como a marginalização, baixa auto-estima, distorção idade/série, repetência, desemprego, desigualdade social, entre outras.

Este trabalho visa mostrar a realidade de uma Escola de Ensino Fundamental e Médio, localizada na Vila Zumbi, município de Colombo, Região Metropolitana de Curitiba/PR e os motivos que levam esta população a abandonarem precocemente os estudos, não só pela sobrevivência, mas sim pela impossibilidade de conciliarem a jornada de trabalho e a escola.

1.1 JUSTIFICATIVA

Muitas das políticas educacionais brasileiras têm um caráter utópico pelo fato de não terem sido associadas a uma política social de longo alcance e não estarem alicerçadas em uma clara consciência dos obstáculos econômicos, políticos e culturais que precisam ser enfrentados para a construção de um sistema educacional abrangente e de boa qualidade.

Dentre os temas que fazem parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública, a evasão escolar tem ocupado um espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular. Diante disso, as

discussões acerca da evasão escolar têm levado em consideração o papel tanto da família quanto da escola em relação à vida escolar da criança.

Justifica-se este trabalho pela necessidade de maiores debates que visem atender às modificações prementes na esfera das políticas públicas, que complementem as ações já realizadas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 OS DESAFIOS ATUAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Marin (1998) afirma que a situação para as escolas públicas brasileiras, neste momento atual, é bastante calamitosa e reúne condições físicas e materiais, bem como as condições do pessoal encarregado de efetivar as práticas educativas. A conexão reprovação/repetência/evasão e outros aspectos da baixa qualidade de ensino são problemas crônicos, decorrentes de outros problemas relativos às condições de trabalho existentes e às condições para o trabalho apresentado pelos agentes.

Rodrigues e Esteves (1993) enfatizam que, conforme demonstra a bibliografia desde o ano de 1984, os professores têm uma preocupação voltada para a pesquisa e o comprometimento político, não constituindo um quadro de insucesso generalizado, mas representando, sobretudo, desafios a enfrentar, não só para o Brasil, mas para outros países do mundo.

De acordo com Marin e outros (1984), são os seguintes os desafios a serem enfrentados:

a) fragilidade, rigidez e restrição nos procedimentos e recursos didáticos, com destaque para a escolha e a utilização do livro didático;

b) dificuldade dos professores em relacionar-se conscientemente com os pressupostos ético-políticos, epistemológicos, didáticos, psicológicos, linguísticos subjacentes ao seu trabalho;

c) fragmentação, impropriedade e/ou insuficiência de domínio dos conteúdos escolares pelos professores que se manifestam na inadequação de sua seleção, sequenciação e desenvolvimento;

d) dificuldades enfrentadas pelos professores no trabalho com recepção e produção de textos;

e) dificuldades na utilização da linguagem oral enquanto expressão do conteúdo de ensino, da organização do conhecimento e como instrumento de melhoria de habilidades de pensamento;

f) inexistência de trabalho coletivo na escola, agravada pela falta de convivência profissional entre os professores;

g) inadequação da avaliação do trabalho docente e do rendimento escolar;

h) inalteração nos baixos níveis de aproveitamento escolar dos alunos;

i) caráter reversível das aprendizagens escolares;

j) conflitos e dilemas enfrentados pelos professores, no que se refere à relação entre seu saber fazer e as características dos alunos "fracos" e/ou das camadas populares;

k) indisciplina na sala de aula;

l) dificuldades no processo de reflexão e raciocínio dos professores e seus desdobramentos para a concretização das práticas educativas;

m) falta de percepção e exercício de autonomia da escola e seus professores, que implica ficar à mercê da descontinuidade das ações oriundas dos órgãos centrais de administração escolar;

n) referencial restrito dos professores em relação a experiências bem-sucedidas, seja de ensino, seja de escolas;

o) desmotivação geral dos professores, agravada pela rotatividade e itinerância do *staff* da escola e alto índice de absenteísmo.

2.2 EVASÃO ESCOLAR

Azevedo (2009) lembra que a evasão é um problema nacional, oportunizando às escolas da rede pública reverter este quadro de desestruturação formal. Desta forma, só qualificar os educadores não é o suficiente, sendo o grande problema o ingresso dos cidadãos no campo do trabalho. Muitos deles não encontram sentido no aprendizado, sentindo-se excluídos e sem perspectiva de futuro. Alguns se tornam dependentes de drogas ou comerciantes deste produto

para sobreviverem, terminando na marginalidade; outros abandonam a escola e buscam trabalho para sobreviverem de forma digna.

Arroyo (1997, p.23) enfatiza que “na maioria das causas da evasão escolar, a escola tem a responsabilidade de atribuir a desestruturação familiar e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra”. A escola atual deve estar preparada para receber e formar estes jovens e adultos que são os frutos dessa sociedade injusta. Para tanto, é fundamental contar com professores dinâmicos e responsáveis, que sejam capazes de inovar e transformar a escola.

A legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu percurso sócio-educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (BRASIL, 1997, p.2), é bastante clara a esse respeito.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Menegolla (1989, p.28), afirma que “o professor necessita selecionar os conteúdos que não sejam portadores de ideologias destruidoras de individualidades ou que venham atender a interesses opostos aos indivíduos”. Observa-se que a educação não tem sido plena em relação ao alcance de todos os cidadãos, assim como no que se refere à conclusão de todos os níveis de escolaridade.

Os mais variados aspectos determinantes da evasão escolar, como a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, a desnutrição, a escola e a própria criança estão cada vez mais presente nas discussões e reflexões realizadas pelo Estado e pela sociedade civil, especialmente pelas organizações e movimentos relacionados à educação, no âmbito da pesquisa científica e das políticas públicas, sem que com isto, desobriguem a responsabilidade da escola no processo de exclusão das crianças do sistema educacional. (QUEIROZ, 2009).

O fracasso escolar do Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, é analisado por Freitag (1980, p. 61), que afirma que “dos 1000 alunos iniciais de 1960, somente 56 conseguiram alcançar o primeiro ano universitário em 1973. Isso significa taxas de

evasão 44% no ano primário, 22% no segundo, 17% no terceiro. A elas se associam taxas de reprovação que entre 1967 e 1971 oscilavam em torno de 63,5%”.

Em uma pesquisa mais recente, realizada pela Revista Exame¹, “de cada 100 crianças que iniciaram os estudos em 1997, só 66 chegarão à oitava série”. Esses dados denunciam a realidade preocupante que promovem as medidas governamentais para erradicar a evasão escolar, tais como a implantação da Escola Ciclada, a criação do Programa Bolsa-Escola e a implantação do Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE) que, embora eficientes dentro de certa perspectiva, não têm sido suficientes para garantir a permanência da criança na escola.

De forma mais abrangente, são duas as abordagens abordadas pelos estudos referentes ao fracasso escolar: inicialmente, a que busca explicações a partir dos fatores externos à escola, e a segunda, a partir de fatores internos. Dentre os fatores externos relacionados à questão do fracasso escolar são apontados o trabalho, as desigualdades sociais, a criança e a família. E dentre os fatores intra-escolares são apontados a própria escola, a linguagem e o professor.

2.2.1 Fatores externos do fracasso escolar

Brandão (1983, p. 03), ao explicar que a família é um fator determinante na educação do cidadão, afirma que

[...] o fator mais importante para compreender os determinantes do rendimento escolar é a família do aluno, sendo que, quanto mais elevado o nível da escolaridade da mãe, mais tempo a criança permanece na escola e maior é o seu rendimento.

Bento (2009) conclui que seja pelas condições de vida, seja por não acompanhar os filhos em suas atividades escolares, pela falta de estímulos e incentivos, a desestruturação familiar resulta, sem dúvida, no fracasso escolar da criança.

O desemprego também é um fator de extrema importância, visto que os alunos de nível sócio-econômico mais baixo têm um menor índice de rendimento e

¹ LAHOZ, André Casa. Na Nova Economia a educação é um insumo cada vez mais importante. Com investimentos, políticas consistentes e continuidade, o Brasil melhora suas chances de prosperar. In: Revista Exame. Ano 34, nº 75, abril 2000, p. 173-180.

são mais propensos à evasão. No caso dos cursos noturnos, a evasão acontece em virtude de estes alunos serem “obrigados a trabalhar para sustento próprio e da família, exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino”.

Em relação às políticas públicas adequadas, no que se refere às desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira, Arroyo(1991) explica que as diferenças de classe marcam o fracasso escolar nas camadas populares, independente das regiões do País. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais.

Outro fator de extrema gravidade é a má-alimentação e, conseqüentemente, a desnutrição que, conforme Silva (1978 *apud* BENTO, 2009) é um dos fatores responsáveis pelo fracasso de boa parte dos alunos da educação pública brasileira.

[...]desnutrição pregressa, mesmo moderada, é uma das principais causas da alteração no desenvolvimento mental, e mau desempenho escolar. As crianças desnutridas se tornam apáticas, solicitam menos atenção daqueles que as cercam e, conseqüentemente, por não serem estimuladas, têm seu desenvolvimento prejudicado.

A criança é o outro aspecto determinante da evasão escolar, merecendo uma atenta reflexão, pois ela mesma, sem motivo aparente, vem deixando a escola, gradativamente. Este é um fato que merece atenção maior, tanto por parte da escola, quanto por parte da família, porque reflete o interesse da criança em prosseguir seus estudos.

É premente esta investigação, pois ao evidenciar os motivos pelos quais a criança está abandonando a escola, é possível interagir e buscar soluções, no sentido de encontrar possibilidades que venham impedir a evasão ou promover a volta do aluno para a escola.

A pesquisa *Motivos da Evasão Escolar*² aponta a falta de interesse pela escola como o principal motivo que leva o jovem brasileiro a evadir. Revela ainda que 40% dos jovens de 15 a 17 anos que evadem, deixam de estudar porque acreditam que a escola é desinteressante. A necessidade de trabalhar é apontada

² Pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ, publicada em 15 de abril de 2009. Fonte: BENTO, 2009.

acordo com o que se espera delas. Assim, a expectativa que uma pessoa tem sobre o comportamento de outra, acaba por se converter em realidade.

A forma de ministrar as aulas, a maneira como ele utiliza para trabalhar os conteúdos pode incentivar ou desestimular as crianças. Muitos, na verdade, ainda atuam em total despreparo. E, apesar disso, muitas vezes a escola não reflete sobre a necessidade de esses profissionais redimensionarem suas práticas de ensino, de forma a possibilitar o interesse dos alunos pelos estudos.

É preciso levar em consideração ainda, que a evasão escolar se relaciona diretamente com outros importantes temas da pedagogia, como: formas de avaliação, reprovação escolar, currículo e disciplinas escolares.

2.2.3 Outros motivos que levam o estudante a deixar a escola

Azevedo (2009) destaca ainda alguns motivos relevantes de evasão escolar, que são fatores de natureza política e social, valores de aspectos motivacionais dos alunos e aspectos na natureza interna da escola:

a). A carência alimentar, a dificuldade em conciliar escola e trabalho, a inadequação dos métodos de ensino.

b). As limitações nos aspectos como: baixa visão, pouca audição, dor de cabeça, dor muscular, desajuste psicossocial..

c) Ausência de professores para ministrarem disciplinas como paliativo, professores desqualificados.

d) Sala de aula com número excessivo de alunos, impossibilitando o atendimento individual do professor para aqueles que precisam.

e) A escola não prepara os alunos para o atual mercado de trabalho.

f) A necessidade de suprir suas carências imediatas com o subemprego.

h) A falta de credibilidade da escola como caminho para a ascensão social.

i) Má distribuição de renda.

j). A inexistência do local para a realização da prática de Educação Física (Desporto).

k). Falta de democracia na escola e principalmente a falta de autonomia escolar.

l). A inexistência do desjejum.

2.3. SUGESTÕES DE MUDANÇAS PARA MANTER O ALUNO EM SALA DE AULA

Segundo Azevedo (2009), as mudanças a serem implementadas seriam, em primeiro lugar, os recursos didáticos disponíveis, seguidos de incentivos na prática desportiva; disciplina com autonomia a fim de manter a ordem; educadores mais disponíveis com um número menor de educandos em sala de aula, para assim poder atendê-los melhor, aulas mais criativas a fim de prender a atenção do aluno; união entre o corpo docente e discente para que falem a mesma língua; abraçar os problemas da escola sem olhar o partido de quem se dispunha ajudar; movimentos sociais reivindicatórios feitos pela escola; que a escola não seja apenas um lugar que transmita conteúdo, mais também um espaço de luta em defesa dos oprimidos; que haja espírito participativo democrático; efetivação da postura ética (respeito à diversidade: ideias, modos de viver, qualidades e defeitos de todos os envolvidos no processo); melhoria salarial aos profissionais em educação e, finalmente, a qualificação continuada para o corpo docente.

2.4 DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Segundo Menezes e Santos (2002) , em seu Dicionário Interativo da Educação Brasileira, o verbete “distorção idade-série” é a defasagem entre a idade e a série que o aluno deveria estar cursando, sendo considerada um dos maiores problemas do Ensino Fundamental brasileiro. Esta distorção é agravada pela repetência e o abandono da escola e muitos especialistas consideram que ela pode ocasionar alto custo psicológico sobre a vida escolar, social e profissional dos alunos defasados.

O Ensino Fundamental, no Brasil, possui uma taxa de matrícula líquida³ de 100%, indicando que todos os jovens entre 7 e 14 anos estão na escola. Mas, ao se observar a taxa de concluintes, verifica-se que apenas 44% dos alunos matriculados conseguiram finalizar este estágio de ensino.

Schwartzman (2004, p.487) explica que

³ A taxa de matrícula líquida é o resultado da divisão do total de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos no ensino fundamental pela população total dessa mesma faixa de idade. (RIGOTTO e SOUZA, 2005).

...a taxa de matrícula líquida no Ensino Fundamental brasileiro era de apenas 68%, reduzindo-se ainda a 64% em 1980. Nos anos de 1980, essa taxa aumentou, chegando a 86% em 1991, a 90% em 1995 e a 101% em 2003. Uma taxa superior a 100% explica-se pelos benefícios concedidos pelo FUNDEF. Através desse fundo, os Estados e Municípios recebem recursos da União em proporção ao número de alunos matriculados no primeiro grau, com idade variando de 7 a 14 anos. Isso explica uma inflação de matrículas no ensino fundamental, em decorrência da admissão prematura de crianças com menos de sete anos, ou pela presença de alunos com mais de 14 anos que já deveriam estar cursando o EJA (Educação de Jovens e Adultos).

No entanto, a totalização de matrículas no Ensino Fundamental não se manifesta em alunos concluintes na mesma proporção. Entre os alunos que concluem o Ensino Fundamental, apenas 72,2% seguem para o Ensino Médio. Os demais ficam pelo caminho, marginalizados com instrução e preparo insuficientes para enfrentarem o mercado de trabalho. (RIGOTTO e SOUZA, 2005).

Um dos grandes problemas associados a esse grau de ensino diz respeito à repetência, à evasão e à distorção idade-série, sendo a taxa de repetência bastante elevada no Brasil. torno de 20%.

Rigotto e Souza (2005) afirmam que uma outra distorção da educação brasileira refere-se à intensificação da evasão escolar de alunos com mais de 14 anos que não conseguem terminar o Ensino Fundamental.

Desta forma, “constitui-se uma geração de jovens que não possui as condições mínimas para entrar no mercado de trabalho, que se daria pela conclusão do primeiro grau”. (Schwartzman, 2004, p. 490).

Parente e Lück (2004, p.18) lembram que “outro problema gerado pela evasão e a repetência é a distorção de idade-série, pois mais de “60% dos alunos do Ensino Fundamental acumulam dois ou mais anos de defasagem em relação à série que deveriam estar cursando”.

De acordo com dados do INEP (2004), a distorção idade-série no Ensino Fundamental, em 1996, apresentava uma taxa de 47%, que chegou a 44% em 1999 e a 33,9% em 2003. Como se observa, essas taxas são decrescentes, com um sensível diminuição a partir dos anos de 2000, embora ainda muito elevadas.

Para melhor elucidar este grave problema da educação brasileira, são apresentadas abaixo, as seguintes distorções idades-série, para o ensino fundamental em 2003 (INEP, 2004):

a) crianças com 10 anos de idade, que deveriam estar na 4ª série, apresentam índices de distorção idade-série de 33,3% (para cada 1000 crianças freqüentando a 4ª série, 667 possuíam a idade de 10 anos, enquanto 333 estavam com idade superior);

b) crianças com 11 anos de idade (5ª série), têm um taxa de distorção idade-série de 43,4% (566 possuíam 11 anos e 434 estavam com mais idade); e,

c) crianças com 14 anos de idade (8ª série), apresentam uma distorção idade-série de 40,6% (594 possuíam 14 anos e 406 estavam com idade superior).

A partir desses números, é possível visualizar que um dos grandes desafios da educação fundamental é adequar as idades dos alunos às séries que estão cursando. (RIGOTTO e SOUZA, 2005).

Outro importante problema da educação brasileira é o baixo percentual de alunos concluintes do Ensino Fundamental. Entre 1999 e 2002, a relação entre os que entravam na primeira série do ensino fundamental e os que concluíam era, em média, de 44%; ou seja, de cada 100 alunos entrantes, somente 44 eram concluintes. Cabe destacar que essa taxa exclui os alunos pertencentes ao EJA, composto por alunos com idade acima de 18 anos.

Soares e Sátyro (2008) comentam que num sistema educacional seriado, que é o caso da maior parte do sistema educacional brasileiro, teoricamente existe uma idade adequada para cada série escolar. No Brasil, a idade ideal para o início do Ensino Fundamental é aos sete anos, com a duração de oito ou nove anos, dependendo da escola. A taxa de distorção idade/série é o cálculo de quantas crianças estão acima da idade ideal em uma determinada série.

O INEP divulga a seguinte fórmula para fins de cálculo com base no Censo Escolar:

[...] considerando o Censo Escolar do ano t e a série k do ensino fundamental, cuja idade adequada é de i anos, então o indicador será expresso pelo quociente entre o número de alunos que, no ano t , completam $i + 2$ anos ou mais (nascimento antes de $t - [i + 1]$) e a matrícula total na série k . A justificativa deste critério é que os alunos que nasceram em $t - [i + 1]$ completam $i + 1$ ano t e, portanto, em algum momento deste ano (de 1º de janeiro a 31 de dezembro) ainda permaneciam com i anos, e, por isso, o critério aqui adotado considera estes alunos como tendo idade adequada para esta série. Os que nasceram depois de $t - [i + 1]$ completam, no ano t , i anos ou menos.

Sendo assim, o conceito de distorção idade-série usado é a porcentagem de alunos defasados dois anos ou mais. É importante ressaltar que, quanto maior a distorção pior é o desempenho escolar. Deste modo, coeficientes negativos nas estimações a seguir denotam um efeito positivo sobre a qualidade do ensino.

Soares e Sátyro (2008) relatam que há uma íntima relação entre a taxa de distorção idade-série e a taxa de repetência, sendo que uma é a causa da outra. Mesmo não sendo linear, essa relação é monótona e crescente.

Ainda, de acordo com o INEP, no Ensino Fundamental, 39% dos alunos têm idade superior à adequada para a série que cursam, enquanto que no Ensino Médio, esse índice é de 53%. Estes índices são consequência das elevadas taxas de repetência, sendo a distorção idade-série apontada por pesquisas nacionais e internacionais como um dos principais problemas da educação brasileira.

As avaliações praticadas demonstram que o estudante em atraso escolar – que é aquele que frequenta uma série não correspondente à sua idade - tem desempenho inferior aos alunos que estão em séries próprias à idade.

Os maiores índices de atraso escolar estão localizados na quinta série do Ensino Fundamental e na primeira série do Ensino Médio, nas quais as taxas de distorção idade-série são de 50% e 56%, respectivamente. Como nas séries iniciais, a reprovação e a evasão são elevados. Um significativo número de estudantes que alcança as séries conclusivas chega com idade acima da ideal.

Deve-se observar que os sistemas escolares com altas taxas de evasão, repetência e distorção idade-série pertencem a Estados onde a permanência dos alunos na escola e os salários dos professores são menores.

3 METODOLOGIA

Optou-se pela pesquisa bibliográfica que, segundo Vergara (2003), possui as funções de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes acerca de um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa exploratória ou conclusiva.

Neste caso, foi usada a tipologia de Gil (1991) de pesquisa exploratória, que visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito

ou a construir hipóteses. Fez-se necessária uma análise descritiva dos fenômenos envolvidos no processo e os fatores envolvidos que contribuíram para a ocorrência dos mesmos.

O progresso científico quase sempre surge do aprofundamento de aspectos de uma necessidade, isto é estuda-se mais detidamente “pedaços” dela por vez. Daí a importância da delimitação. Deve-se escolher o “pedaço” do problema que se quer ou se precisa estudar, para estudá-lo em profundidade (SANTOS, 1999, p. 55).

O “pedaço” escolhido para esta pesquisa refere-se à categoria de análise social voltada às características de evasão escolar encontradas em uma escola de Ensino Fundamental e Médio do município de Colombo, localizado na Região Metropolitana de Curitiba/PR.

Foram analisados os dados estatísticos referentes a taxas de distorção, referentes à evasão escolar, devidamente cedidos pela escola em questão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados a seguir referem-se aos dados da Escola de Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino, situada no município de Colombo/PR, tendo como finalidade identificar as taxas de distorção em relação ao desempenho dos alunos, no que compete à evasão escolar, a reprovação e o baixo rendimento.

4.1.1 Séries com altas taxas de distorção idade-série:

Tabela 1: Ensino Fundamental, por turno - Ano:2008

Série	Turno	Taxa de Distorção
5ª	MANHÃ	41,24
5ª	TARDE	27,82
6ª	MANHÃ	16,67
6ª	TARDE	26,97
7ª	MANHÃ	32,61
7ª	TARDE	21,00
8ª	MANHÃ	44,16
8ª	TARDE	31,75

Fonte: Censo Escolar

Tabela 2: Ensino Médio, por turno - Ano: 2008

Série	Turno	Taxa de Distorção
1º	MANHÃ	19,35
1º	TARDE	26,32
1º	NOITE	59,18
2º	MANHÃ	12,82
2º	NOITE	40,00
3º	MANHÃ	36,00
3º	NOITE	47,00

Fonte: Censo Escolar

4.1.2 Ficha-resumo 1 – Funcionamento da escola - Dados do desempenho acadêmico da escola

Tabela Ensino Fundamental

IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO			
2005		2007		2007		2009	
Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais
-	2,9	-	3,4	-	2,9	-	3,1

Obs: Escala de 0 a 10

Ano 2008

INDICADORES	ANO								
	1ª à 4ª				5ª à 8ª				Geral
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	
Taxa de Aprovação					67,9	70,5	69,2	69,1	276,61
Taxa de Reprovação					15,33	10,97	12,24	8,29	46,82
Taxa de Abandono					12,64	15,72	11,47	10,83	50,66

Fonte: Livro de Resultados Finais

Tabela Ensino Médio

IDEB OBSERVADO		IDEB PROJETADO	
2005	2007	2007	2009
3,4	4,2	4,2	

Ano 2008

INDICADORES	SÉRIE			
	1ª à 3ª			
	1º	2º	3º	Geral
Taxa de Aprovação	5,67	54,55	73,86	182,08
Taxa de Reprovação	18,08	9,09	2,27	29,44
Taxa de Abandono	26,16	33,96	21,18	81,30

Fonte: Livro de Resultados Finais

5 CONSIDERAÇÕES GERAIS

A evasão escolar, de acordo com o estudo apresentado, dá-se por inúmeros fatores tanto internos, quanto externos à escola. Em se tratando dos fatores externos, são apontadas as necessidades do aluno trabalhar, a desnutrição e as desvantagens culturais, assim como o nível de escolaridade dos pais e o não acompanhamento dos filhos em suas atividades escolares. Em relação aos fatores internos, vale ressaltar a não valorização do universo cultural da criança, pela escola, através do uso de uma linguagem diferenciada, as precárias condições de trabalho e os elementos afetivos na relação professor-aluno.

No que concerne à defasagem de aprendizagem, este é um dos empecilhos à permanência do aluno na escola, pois acredita-se que os alunos que não conseguem acompanhar as atividades escolares, acabam abandonando a escola.

Diante disso, o corpo docente acredita que a construção de uma política de integração entre escola e família deveria ser implantada em prol de uma prevenção da evasão, assim como na reinserção da criança na vida escolar.

Na busca de tentar compreender os motivos que levam o aluno a deixar os estudos, é possível identificar que tanto a Escola quanto a família se perdem na dimensão e na complexidade das relações sociais externas e internas que interferem no processo sócio-educativo da criança.

A Escola responsabiliza a Instituição Familiar e suas condições de vida pela evasão escolar, atribuindo à criança e até mesmo o professor, como se ambos fossem imbuídos de total autonomia frente às questões sociais e às políticas educacionais.

Assim, constata-se que existe a evasão escolar não só pela dificuldade de aprendizagem, a repetência ou falta de interesse, mas também naqueles que participam e desenvolvem com facilidade as atividades escolares, por motivos diversos.

Com base nestas considerações, é possível afirmar que independente dos fatores internos ou externos, a evasão escolar não protege aqueles que não se enquadram nos casos mais comuns apontados, significando dizer que nenhuma família e nenhuma escola está isenta desse problema, por falta de uma inteiração maior entre família e escola, o que corresponde dizer que a evasão escolar é um aspecto ausente nas ações político-administrativas dessa unidade escolar pesquisada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G. Escola coerente à Escola possível. São Paulo: Loyola, 1997.

ARROYO, M. G. Educação e exclusão da cidadania. *In*: BUFFA, Ester. Educação e cidadania: quem educa o cidadão. São Paulo: Cortez, 1993.

AZEVEDO, F. V. M. Causas e conseqüências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal Expedito Alves. Disponível em: http://mail.falnatal.com.br:8080/revista_nova/a4_v2/artigo_13.pdf. Acessado em 10.10.2009.

BENTO, M.P. Breve ensaio sobre a evasão escolar. Disponível em: Metodologias UFRJ, <http://metodologiasufrjmar.wordpress.com/2009/08/25/trabalho-individual-reflexao-sobre-a-evacao-escolar-possiveis-causas-e-consequencias/>. Acesso em 10.11.2009.

BRANDÃO, Z. et al. O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil. *In* Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 64, nº 147, maio/agosto 1983, p. 38-69.

BUFFA, E. Educação e Cidadania: quem educa o cidadão. São Paulo: Cortez, 1993.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Projeto Todos pela Educação. Motivos da Evasão Escolar. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/tpemotivos/>. Acessado em: 13.10.2009.

GOLDENBERG, J. O repensar da educação no Brasil. Estud. av. v.7 n.18 São Paulo maio/ago. 1993.

GOMES, C. A. A Educação em Perspectiva Sociológica. São Paulo: EPU, 1994. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Eduarda Brasil. Disponível em: www.inep.gov.br. Acessado em 12.12.2009.

MARIN, A. J. Com o olhar nos professores: Desafios para o enfrentamento das realidades escolares. Cad. CEDES. 1998, vol.19, n.44, pp. 8-18.

_____. e outros. "O fazer docente: Um programa cooperativo universidade-escola de 1º grau." Araraquara, Relatório de Pesquisa-Ação, Faculdade de Ciências e Letras, 1984.

MENEGOLLA, M. Didática: aprender a ensinar. São Paulo: Loyola, 1999.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. "Distorção idade-série" (verbeta). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix, 2002.

PARENTE, M. M.; LÜCK, H. Mecanismos e experiências de correção do fluxo escolar no ensino fundamental. Rio de Janeiro: IPEA, *Texto para Discussão n° 1032*, jul. 2004.

PATTO, M.H.S. O fracasso escolar como objeto de estudo: anotações sobre as características de um discurso. Rio de Janeiro: T.A. Queiroz, 1996.

QUEIROZ, L.D. Um Estudo sobre a Evasão Escolar. Disponível em:

RIGOTTO, M.E.; SOUZA, N. J. Evolução da educação no Brasil, 1970/2003. *Análise*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, ago./dez. 2005, p. 339-358.

ROSENTHAL, R., JACOBSON, L. Profecias auto-realizadoras na sala de aula: as expectativas dos professores como determinantes não intencionais da capacidade intelectual dos alunos. *In*: PATTO, M. H. (org.) Introdução à psicologia escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981. p.258-295.

SANTOS, A. Metodologia científica: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SOARES, S. SÁTYRO, N. O impacto da infra-estrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de ensino fundamental – 1998 a 2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.